

## A SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES CATARINENSES

**DAROS, Maria das Dores \***

**NASCIMENTO, Carla D' Lourdes do \*\***

**DANIEL, Leziany Silveira \*\***

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute o papel da disciplina sociologia na formação dos professores nos anos de 1930 e 1940, uma vez que é neste período que a disciplina é introduzida nos currículos das Escolas Normais brasileiras, dentro do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.<sup>1</sup>

Toma como referência de análise os conteúdos desta disciplina ( e seus referenciais teóricos) ministrados no Instituto de Educação de Florianópolis<sup>2</sup>, escola modelo para as demais Escolas Normais de Santa Catarina.

Mostra que em Santa Catarina no período havia sintonia das discussões feitas no estado quanto à importância desta disciplina na formação docente com as discussões existentes nos principais centros culturais do país ( Rio de Janeiro e principalmente São Paulo). Mostra ainda a existência de laços estreitos entre professores do Instituto de

---

\* Professora Titular do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

\*\* Aluna da 6ª fase do Curso de Pedagogia e bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

<sup>1</sup> A sociologia é introduzida nos currículos das escolas normais em 1928 no Recife e no Rio de Janeiro, em São Paulo em 1931 e em Santa Catarina em 1935. Anteriormente, houve uma tentativa de introdução da disciplina sociologia nos cursos secundários e superiores feita por Benjamim Constant em 1891, não concretizada devido sua morte. Em 1925 a Reforma Rocha Vaz torna obrigatória a sociologia no curso ginásial, curso indispensável para o ingresso no ensino superior. Ver MEKSENAS, Paulo. O ensino da sociologia na escola secundária. *Leituras & Imagens*. Florianópolis, UDESC / FAED, jun./ 1995. Ver AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 9 ed. São Paulo : Melhoramentos, 1964.

<sup>2</sup> Antes de ser transformado em Instituto de Educação de Florianópolis, este se configurava enquanto a Escola Normal Catarinense, criada em 10 de junho de 1892, pelo Decreto n.º. 155, no Governo do Tenente Manoel Joaquim Machado. A Escola Normal funcionava nas dependências do Liceu, mas mudou-se, em 1926, durante o Governo de Hercílio Luz, para um edifício na Saldanha Marinho, em Florianópolis. Em 1935, ocorreu a Reforma do Ensino catarinense e a Escola Normal Catarinense passou a ser denominada Instituto de Educação de Florianópolis. Em 1947 passou a se chamar Instituto de Educação e em 1956 Colégio Estadual Dias Velho. Em 1964, mudou para Instituto de Educação, conservando este nome até os dias de hoje. Ver *Jornal Diário Catarinense*. Origens e destinos de uma cidade à beira mar. A história do ensino. 20/03/1996.

Educação com figuras intelectuais que tiveram atuação destacada na institucionalização das ciências sociais no Brasil, como Fernando de Azevedo, Roger Bastide e Donald Pierson, apontando semelhanças no processo de desenvolvimento do campo de estudo educacional na região com as dificuldades existentes na sociologia educacional, a partir de sua inserção no campo das ciências sociais.

### **A EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE ESTUDO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

O movimento de introdução da sociologia na formação docente fez parte de um movimento maior vivenciado em âmbito nacional de institucionalização das ciências sociais, vinculado ao impulso da organização universitária, que por sua vez estava associado às grandes transformações políticas e institucionais surgidas no Brasil após 1930.

Do desenvolvimento institucional e intelectual daquele momento fizeram parte alguns personagens que participaram das alterações acontecidas na vida intelectual, quando se modificaram as formas de percepção e de organização do conhecimento sobre a realidade. Se anteriormente a Sociologia já influenciava a literatura brasileira, a década de 30 “inaugura a difícil metamorfose das Ciências Sociais de ‘ponto de vista’ em disciplina acadêmica, com aspiração à ciência” (Almeida, 1989, p. 190).

As reflexões feitas por estudos que se detiveram sobre os intelectuais<sup>3</sup> brasileiros deste período compreende este grupo como uma categoria social fortemente articulada e com peso político capaz de constituir um mercado no sentido de um lugar onde se intercambiam idéias.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Não é objeto deste trabalho recuperar a discussão teórica sobre os intelectuais e suas funções. Esta discussão foi feita nas obras que estão servindo de suporte para esta pesquisa, e são principalmente: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974); SOARES, Maria Susana.( org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*; MARTINS,W. *História da inteligência brasileira*; MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil* (1920-1940).

<sup>4</sup> MARTINS, Luciano. apud Maria Hermínia Almeida, op.cit. p.191.

Para Miceli as figuras intelectuais típicas da década de 30 eram “os letrados modernistas, os pensadores autoritários, os educadores reformistas, os jornalistas políticos, os historiadores e os líderes a postos nos principais círculos intelectuais “ (Miceli, 1979, p. 99).

As transformações na estrutura social e ocupacional do país favoreceu carreiras como a dos educadores reformistas ou educadores profissionais<sup>5</sup> que transitavam tanto na escola com na administração pública.

Segundo Evangelista o lugar produtor do projeto desta geração de professores foi a escola normal e “apresentam a qualificação docente como fundamental e vinculam-na às investigações, aos inquéritos, ao método experimental, à psicologia objetiva, à estatística, à sociologia, à biologia.” (1997, p. 13)

Os educadores profissionais defenderam e empreenderam reformas educacionais que faziam parte de um projeto civilizador , que tinha como uma das tarefas mais importantes a formação de professores.

Também em Santa Catarina a formação de professores ganha destaque dentro da política educacional traçada a partir dos anos trinta, juntamente com uma preocupação com a ordenação, com uma vontade de imprimir a autoridade administrativa as bases técnicas e a centralidade de “um aparelho autônomo com a denominação de Departamento de Educação.”<sup>6</sup>

No período compreendido entre 1930 e 1945, quando Santa Catarina esteve sob o comando dos interventores Aristiliano Ramos<sup>7</sup> e de Nereu Ramos, o processo de centralização autoritária do país, se deu também a partir da constituição de um aparato

---

<sup>5</sup> A denominação educadores profissionais vem sendo utilizada desde 1976 com a publicação do trabalho de NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. Para LIMONGI as propostas reformistas deste grupo de intelectuais submetia os critérios de natureza político partidária a preceitos técnicos e daí porque passam a ser chamados de educadores profissionais. Importante discussão a respeito da designação profissionais e de seu caráter técnico foi feita por Marta Maria Chagas de Carvalho em *Molde Nacional e Forma Cívica*”. Bragança Paulista, Universidade São Francisco .1998.

<sup>6</sup> Artigo 2 do decreto 713 de 7 de janeiro de 1935. Esta reforma educacional tem a preocupação” ao de estruturar o Departamento de Educação subordinado à Secretaria do Interior e Justiça em várias sub-diretorias, o que lhe deu condições de ter um controle mais efetivo sobre o sistema de ensino catarinense.

<sup>7</sup> Aristiliano Ramos foi nomeado interventor do governo federal em Santa Catarina em 1933. Oriundo da família Ramos de Lages que se dedicava a à agricultura e criação de gado (coronelismo), Os Ramos migraram da política local para a estadual e participaram ativamente da revolução de 30.. A partir de 1946, a madeira começa a ser explorada na região serrana de Santa Catarina, marcando, o início do fim do poder da oligarquia Ramos.

burocrático que determinou a abertura, entre outros do Ministério de Educação e Saúde Pública já em 1930.

A instalação de Ministérios e Organizações vinculados diretamente à Presidência da República faziam parte da construção institucional do sistema vigente de poder que ampliava a ingerência do Estado em vários domínios da realidade e entre eles o da educação<sup>8</sup>. O aparato institucional representado pelo Ministério de Educação e Saúde Pública fez parte das definições da cultura no período Vargas como um negócio oficial.

Neste período o principal patrono das reformas educacionais e culturais foram os mentores intelectuais e políticos à testa do Ministério de Educação e Saúde Pública (Miceli, 1989). Fato marcante é que do grupo de “educadores reformistas” sai o elaborador da constituição do Estado Novo, Francisco Campos que respondeu anteriormente (1930-1934) pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Campos fazia parte de um grupo de intelectuais que além de assumir cargos na cúpula do executivo, tinha acesso as instâncias decisórias do poder central<sup>9</sup>.

Seu sucessor, Gustavo Capanema (1934-1945) foi o responsável pela política cultural mais conseqüente em termos duradouros que até hoje se fazem sentir no âmbito das instituições culturais públicas ( Moraes, 1990). Para as letras do país, o período do Estado Novo foi um dos mais fecundos (Martins, 1979). Capanema mobilizou recursos institucionais que dispunha no comando de uma máquina governamental para a produção de uma “cultura oficial”, embora o recrutamento de intelectuais não obedecesse a requisitos de ordem doutrinária.<sup>10</sup>

Durante quinze anos Getúlio Vargas manteve sob controle o espaço público com uma rigorosa vigilância sobre a vida política e social do país, não favorecendo aqueles intelectuais que não se sentiam atraídos pelo regime autoritário. No entanto, Gustavo Capanema deixou gravitar em torno de si intelectuais que não pertenciam à esfera autoritária como por exemplo, Carlos Drummond de Andrade que foi seu chefe de gabinete

---

<sup>8</sup> Ver MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro : Difel, 1979. P. 133.

<sup>9</sup> Ver MORAES, Maria Célia. *Educação e Política no Pensamento de Francisco Campos*. Tese de Doutorado, Puc/RJ. 1990.

<sup>10</sup> “Fazendo um retrocesso das principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 20 e 30, poder-se-á constatar que elementos de todos os matizes foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estatal: militantes em organização de esquerda, quadros da cúpula integralista, porta-vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional e os praticantes das novas especialidades” (Miceli, 1979, p. 162).

e Oscar Niemeyer que construiu o prédio para a sede do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro.

Esta convivência mostra que o Estado não só acolhia os intelectuais mas “lhes reconhecera a vocação para se associarem como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional.” (Pécaut, 1990, p. 72)

Na verdade, o Estado esperara que os intelectuais expressassem a opinião pública, representando a sociedade civil pela formação de uma corporação que ao invés de representar os interesses do grupo, assumisse o interesse geral, conferindo “à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos “intelectuais” o de protagonistas privilegiados da vida política.” (Pécaut, 1990, p. 73)

Assim os intelectuais dos anos 30 gozavam de independência e liberdade, que só podem ser entendidas sociologicamente por estar relacionada “com o fato de que o intelectual no Brasil sempre fez parte de setores dominantes e de suas elites”<sup>11</sup>. Como diz Pécaut esses “militantes de causas antagônicas desfrutavam de uma posição notável. Destacavam-se sobre o pano de fundo de uma sociedade onde os atores sociais tendiam a ser privados de expressão própria ou a se atomizar na medida em que o Estado se erigia em regulador das relações sociais” (1990, p. 91)<sup>12</sup>.

Dentre as figuras intelectuais típicas da década de 30 de 40, os “educadores reformistas”<sup>13</sup> ou educadores profissionais atuaram no sentido de construir um ideário sobre a educação e sobre o papel dos educadores na sociedade brasileira.

Alguns deles implementaram projetos de reformas educacionais e dentro destas projetos de formação docente ao assumirem postos avançados dentro das administrações dos sistemas educacionais.

---

<sup>11</sup> FLORESTAM, Florestam apud. PÉCAUT. Op. Cit. P. 91.

<sup>12</sup> Para Pécaut, naquele período as classes populares estavam relegadas a segundo plano, a classe operária estava encerrada no edifício corporativo, e a própria burguesia tinha que se curvar aos efeitos da redefinição do Estado. Para este autor as negociações políticas entre as oligarquias regionais e o poder central nada tinham perdido de sua antiga importância.

<sup>13</sup> Estes educadores são identificados com o movimento escolanovista. Para Monarcha podem ser considerados fatos indicativos da difusão do ideário reformador que penetrou o Brasil a partir dos anos 20 “a expansão qualitativa e quantitativa da nova literatura educacional; as diferentes reformas de ensino realizadas em diferentes estados da Federação e do Distrito Federal; a presença militante de um novo perfil de pedagogo, posteriormente denominados “educadores profissionais” e as conferências nacionais patrocinadas pela ABE.” Para este autor há uma discussão infundável a respeito da Escola Nova no Brasil, ou seja se seus princípios foram efetivamente realizados no contexto brasileiro ou não passaram de mera importação de idéias produzidas na Europa e Estados Unidos. Ver MONARCHA, Carlos. *A invenção da cidade e da multidão*. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1990. P.15

Para Limongi (1989) os educadores profissionais apresentavam propostas reformistas que submetiam os critérios político- partidários à preceitos técnicos<sup>14</sup> e lutavam pela expansão do topo do sistema de ensino, conferindo prioridade ao aprimoramento da formação de professores. Para este autor as medidas implementadas por estes educadores não mostraram uma preocupação com a base do sistema de ensino, antes se voltaram para a estruturação do ensino médio. O elitismo deste grupo fica evidenciado para Pécaut na consulta à pesquisa sobre o ensino público feita por Fernando de Azevedo em 1926 encomendada *pelo O Estado de São Paulo*, quando ele diz: “A democracia consiste praticamente, não no ‘governo do povo pelo povo’, mas no governo por elementos diretamente tomados do povo e preparados pela educação” (Pécault, 1990, p. 30).

As idéias propagadas por este grupo refletiam o entendimento que a transformação política se daria mediante a construção de novas elites e respondiam não só a uma cultura política de respeitar a hierarquia social, mas também “a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se ao saber científico” (Limongi, 1989) A preocupação com a formação de elites segundo Limongi traz consigo “a inegável tentativa de auto valorização das camadas intelectuais ligadas ao ensino”. Estes intelectuais, faziam parte, por um lado, de uma rede de relações sociais que cada vez mais passa a sofrer influência da mediação exercida por trunfos escolares e culturais e por outro lado, este grupo usufrui da diversificação do campo das instituições e grupos no plano cultural que favorece carreiras como a dos educadores profissionais, bem como as novas carreiras docentes ligadas ao ensino das ciências sociais.<sup>15</sup> Portanto, o conhecimento que estava institucionalizado nos diplomas, bem como suas funções docentes e na administração dos sistemas de ensino era o que destacava este grupo de intelectuais e é destes lugares que falam a sociedade.

Por ocuparem postos na cúpula administrativa dos governos estaduais e também no governo federal estes educadores puderam fazer valer seus pontos de vista a respeito das questões educacionais. Outra forma de divulgação de suas idéias foi o acesso como autores

---

<sup>14</sup> Importante discussão a respeito da designação profissionais e de seu caráter técnico foi feita por Marta Maria Chagas de Carvalho em *‘Molde Nacional e Fôrma Cívica’*. Bragança Paulista, Universidade São Francisco .1998.

<sup>15</sup> Anteriormente, na primeira república o recrutamento dos intelectuais estava quase inteiramente vinculado as instituições e organizações da classe dominante. Agora os diplomas escolares passam a ter peso maior , quanto maior for a concorrência no campo intelectual.

e como organizadores de coleções especialmente voltadas para a educação produzidas e distribuídas pelas grandes editoras particulares.

Assim no período compreendido entre os anos 30 e 40 destacam-se as coleções organizadas por Fernando de Azevedo e as coleções organizadas por Lourenço Filho, cujas obras que foram distribuídas em várias partes do país, alcançando também Santa Catarina como evidenciaram os dados coletados pela presente pesquisa.

São estes dois educadores juntamente com Roger Bastide e Donald Pierson que possuíam vínculos com os professores do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, evidenciados tanto pelo uso de suas obras como apoio didático à formação de professores como pela vinda à Florianópolis destes intelectuais para proferirem palestras.

Assim, pode-se afirmar que existiam no período vínculos estreitos entre algumas lideranças do processo educacional catarinense com as elites intelectuais nacionais<sup>16</sup>

Entre os vínculos evidenciados pode-se também destacar àqueles existentes com Lourenço Filho, chefe de gabinete do recém criado Ministério de Educação e Saúde Pública e que vai responder posteriormente pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos desde 1938 até 1946.

Na condição de diretor do INEP, Lourenço Filho, em setembro de 1942<sup>17</sup> faz uma apreciação sobre a situação do ensino catarinense, notadamente no que se refere à obrigatoriedade da matrícula e a frequência ao ensino primário, destacando o plano feito no Estado e os resultados positivos em termos de incremento da matrícula e sobre o rendimento geral do ensino.

Elogia também a reforma da legislação procedida a partir de 1938 (sob a influência de Sebastião de Oliveira Rocha)<sup>18</sup>, que segundo sua apreciação visava aumentar a eficiência do planejamento e controle dos serviços, “bem como o reajustamento do trabalho do ensino às novas necessidades sociais do Estado”.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Ao analisar numa perspectiva de história intelectual a elite de cientistas uspianos, Miceli (1989, p. 94) indica que elite pode ser entendida como “aquela fração cultivada da classe dirigente capaz de fazer valer sua presença e autoridade em função da contribuição ao exercício de funções culturais”.

<sup>17</sup> Documento publicado pelo Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina com a autorização de Lourenço Filho.

<sup>18</sup> Sebastião de Oliveira Rocha era Superintendente Geral do Ensino em Santa Catarina. Era paulista oriundo da Escola Normal de São Carlos e por ato do governador de São Paulo de 22 de abril de 1938 foi posto à disposição do governo catarinense, aqui permanecendo até o fim do ano de 1940.

<sup>19</sup> Documento de Lourenço Filho, publicado pelo Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.

Tanto Lourenço Filho como Fernando de Azevedo propuseram e implementaram reformas educacionais. Fernando de Azevedo reformou a Instrução Pública do Distrito Federal e no bojo desta reforma introduziu a disciplina Sociologia na Escola Normal. Posteriormente, no ano de 1931, foi convidado por Lourenço Filho para assumir a cadeira de Sociologia no Curso de Aperfeiçoamento de São Paulo, na reforma empreendida por este na Escola Normal.

Fernando de Azevedo desempenhou tarefas como Diretor da Instrução Pública e concomitantemente, publicou as obras “*Princípios de Sociologia*” (1935) e “*Sociologia Educacional*” (1940), ambas substancialmente fundamentadas nas obras de Émile Durkheim.

### **A SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES**

Fernando de Azevedo destaca-se por ser um dos primeiros a introduzir a discussão sobre a importância da sociologia na formação dos educadores brasileiros e por ter ao mesmo tempo atuado no sentido de concretizar a introdução da disciplina Sociologia na formação dos professores, quando de sua passagem pela diretoria de Instrução Pública do Rio de Janeiro, em sua atuação no Instituto de Educação de São Paulo e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Por sua vez, Lourenço Filho, organizou a partir de 1927, a coleção pedagógica “*Bibliotheca de Educação*”, considerada a primeira série de textos de divulgação pedagógica no Brasil. A coleção teve o livro de Durkheim, “*Educação e Sociologia*”, como um dos primeiros publicados em 1928, com uma das maiores tiragens da coleção. (Monarcha, 1997).

Esta coleção, bem como a “*Biblioteca Pedagógica Brasileira*” dirigida por Fernando de Azevedo faziam parte da expansão de um mercado de livros no período, e eram fruto de uma nova configuração que se expressou nos mais variados setores da vida cultural do país. Para Pontes o interesse renovado sobre o Brasil e o acirramento do debate ideológico fez surgir “tanto coleções com o objetivo explícito de apresentar o debate político dos anos

30 , como as que se dedicam a revelar ao aspectos mais variados da realidade brasileira” (1989, p. 369)<sup>20</sup>, como é o caso das obras ligadas as questões educacionais

Tanto Fernando de Azevedo como Lourenço Filho tiveram grande influência na discussão do período a respeito do papel dos professores e de quais conteúdos seriam necessários para sua formação. Dentre os conteúdos discutidos como necessário à formação dos professores destaca-se o de Sociologia, que junto com o de biologia, psicologia, história e filosofia da educação, vieram a formar o que posteriormente se denominou fundamentos da educação.

A análise da revista *Estudos Educacionais*<sup>21</sup>, publicada pelo Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, permitiu perceber a ligação dos professores desta instituição educacional com figuras intelectuais de renome nacional do período, como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Evidenciava em seus artigos um cunho mais científico, retratando a preocupação desta Instituição com a formação de professores, pautada nos fundamentos oferecidos pelas ciências, principalmente, às consideradas ‘ Fundamentos das Educação ’, como a sociologia.

A revista revela em suas páginas a contribuição de diferentes indivíduos, configurando-se uma intelectualidade local e nacional na determinação de concepções educacionais difundidas por esta. As revistas encontradas compreendem, na maioria, ao período de gestão do Diretor do Instituto de Educação, João Roberto Moreira<sup>22</sup>, de 1941 a 1944. Este intelectual catarinense destacaria-se tanto regional, quanto nacionalmente e tornaria-se determinante na constituição desta revista, sendo o responsável pela sua

---

<sup>20</sup> PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileiras’ nas décadas de 30, 40 e 50. In MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: IDESP, 1989.

<sup>21</sup> A imprensa educacional no período de 30 e 40, foi fonte privilegiada na pesquisa, destacando-se, além da revista *Estudos Educacionais*, publicada pelo Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, a *Revista Pétalas*, publicada pelo Colégio Coração de Jesus e a *Revista de Educação*, financiada pelo governo do estado de Santa Catarina.

<sup>22</sup> João Roberto Moreira nasceu em Mafra, Santa Catarina, em 1912. Foi professor catedrático e diretor de escola normal e de instituto de educação, no Paraná e em Santa Catarina, diretor do Colégio Cataguases, Minas Gerais, e coordenador e orientador do Colégio de Nova Friburgo, Estado do Rio. Foi Técnico de Educação do Ministério da Educação e Cultura. Foi Coordenador da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, do MEC, e diretor de Pesquisas em Sociologia Educacional, do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, tendo antes ocupado o cargo de Diretor de Programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Faleceu em 1968. Principais trabalhos reunidos em livro: “Os sistemas ideais de educação”, São Paulo, 1945; “A educação em Santa Catarina”, Rio, 1954; “Introdução ao Estudo do Currículo da Escola Primário”, Rio, 1955; “Educação e Serviço Social”, Rio, 1957, “Education and Society in Brazil”, Chicago, USA; “Educação e Desenvolvimento no Brasil”, pelo Centro Latino-Americano em Ciências Sociais, Rio; “Uma experiência educacional em curso”, relatório interpretativo e crítico, pelo MEC, Rio. Ver MOREIRA, João Roberto. *Teoria e prática da escola elementar*. Introdução ao estudos social do ensino primário. Rio de Janeiro : INEP, 1960.

fundação, contribuindo com vários artigos. No artigo *'Do caráter empírico das aplicações pedagógicas'*<sup>23</sup>, Moreira destaca que,

A educação é um fato social e corresponde a uma necessidade social.

É fato social, todos sabem, como demonstrou Durkheim, tem todas as características necessárias e suficientes para ser considerada como tal; corresponde a uma necessidade social, porque é um dos meios pelos quais a sociedade procura garantir a sua continuidade.

Sendo assim, compreende-se que ela se efetue sempre com maior ou menor rendimento, por poucos e deficientes que sejam os recursos teóricos ou científicos, esclarecedores do caminho a seguir.

Entretanto, na escola, onde a educação é intencional por excelência, supõe-se que devam ser conhecidos os meios ao seu dispor, bem como a possibilidade de êxito em face da aplicação de tais recursos (Moreira, 1941, p. 17)

O professor Henrique Stodieck, que também foi diretor do Instituto, assim como João Roberto Moreira, apresenta-se também como um dos principais intelectuais/locais deste período, publicando artigos nesta revista. Assim como João Roberto Moreira e Henrique Stodieck, os alunos também publicavam na revista, revelando em seus artigos a preocupação com a discussão dos principais temas colocados pela educação no período. O artigo *'A escola é uma instituição social'*<sup>24</sup>, de duas alunas, Ocirema A. Meirelles e Daura S. Areão, do 2º ano do Curso Normal, evidencia o contato dos alunos com as obras dos principais intelectuais, fazendo-se presente no artigo, discussões encontradas no livro *Sociologia Educacional* de Delgado de Carvalho, *Tratado de Pedagogia*, de Pedro Anísio e da *Revista de Sociologia*, publicada pela Universidade de São Paulo. Também mencionam no artigo intelectuais como Fernando de Azevedo, Francisco Campos, John Dewey, Paul Monroe, que fundamentam a discussão deste tema. Como exemplificação dos conteúdos tratados provavelmente na disciplina de Sociologia e dos autores estudados, escrevem as alunas:

Émile Durkheim e todos os que estudaram o fenômeno da educação, verificaram que o mesmo se produz em todos os grupos sociais, até mesmo nas sociedades de tipo primitivo.

Diz Fernando de Azevedo, em sua *Sociologia Educacional*, p. 194 *'A educação que se revela como uma preocupação constante de transmitir à nova geração os bens intelectuais e morais, acumulados pelas gerações anteriores, "antes de se*

---

<sup>23</sup> *Estudos Educacionais*. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação. Florianópolis. Ano I, n. 2 ago./ 1941.

<sup>24</sup> *Estudos Educacionais*: Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação. Florianópolis. Ano II, n. 3, nov./1942.

concentrar em órgãos especiais, (escolas), apresentam-se difusa nas outras funções da vida social, tornando, porém, já nas sociedades primitivas, formas embrionárias ou rudimentares de organização nas séries de ‘iniciação’ dos adolescentes na vida dos adultos.

A influência de Durkheim nos estudos de Sociologia, são evidenciados no decorrer de todo texto, quando se trata, por exemplo, da transmissão da educação pelas gerações mais velhas às mais novas. Segundo o artigo, “a educação tem como seu problema transmitir, sucessivamente, às gerações os elementos de cultura e da vida institucional” .

Tendo como evidência este artigo, pode-se concluir que as alunas possuíam conhecimento de obras de Durkheim e Fernando de Azevedo e de outros sociólogos de projeção nacional, trazidos à Florianópolis pelo Instituto de Educação. Estiveram em Florianópolis Fernando de Azevedo, paraninfando a turma de normalistas em 1941, Roger Bastide em 1943, ambos da Universidade de São Paulo e Donald Pierson em 1942, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e também da USP.

O discurso de Azevedo, bem como as palestras de Bastide e Pierson, proferidas no Instituto, foram publicados na Revista *Estudos Educacionais*, editada pelo Curso Normal do Instituto. Por estas práticas, este periódico ganhou destaque na pesquisa, por ser um lugar de divulgação das idéias pedagógicas do período, não só as abordagens da sociologia da educação mais utilizadas na formação de professores, mas também por veicular as concepções de educação e do papel atribuído ao professor.

Donald Pierson<sup>25</sup>, sociólogo norte-americano, que ministrava aulas na Escola Livre de Sociologia e Política e também ajudou a organizar o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo, em conferência realizada no Instituto de Educação de Florianópolis e publicada na Revista *Estudos Educacionais* n. 3, enfatizava seu entendimento de educação, acompanhando a perspectiva de Durkheim que acreditava que o sistema educacional tinha um papel vital na inculcação de valores sociais.

Enfatizava Pierson “a educação, para mim, é uma série de comunicações, por meio das quais, uma herança cultural é transmitida de um geração mais velha para outra mais moça” (*Estudos Educacionais*, n. 3, p. 25). Acompanhava Pierson ainda Durkheim quando

<sup>25</sup> Donald Pierson permaneceu no Brasil por 18 anos. Em 1939 foi contratado como professor catedrático de Antropologia Social da Escola de Sociologia e Política e foi responsável pelo esforço desta escola de formar sociólogos profissionais, aonde o ensino e a pesquisa caminhavam juntos. Ver MASSI, Fernando. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) História das ciências sociais no Brasil. V. 1. São Paulo: Vértice, 1989.

entendia a educação num sentido mais próximo de socialização quando diz “a educação obviamente não se limita a instrução formal de uma geração” (idem). As atenções, voltam-se, portanto, para as ações sócio-pedagógicas. Para Pierson “é um erro pensar que a educação termina com o curso escolar. Se assim pensar alguém, a vida logo lhe ensinará que é diferente” (p. 26).

O mesmo entendimento de educação como socialização é enfatizado no *artigo* “A escola é uma instituição social”, de duas alunas do 2º ano normal quando afirmam “para que a socialização por intermédio da escola seja perfeita (...) temos, que ajustar a criança às condições do meio social”.

Esta questão é fundamental na discussão de Durkheim, o papel da educação no processo de socialização do indivíduo, que é segundo seu entendimento, o processo de transformação de um indivíduo biológico socialmente indeterminado em um ser socializado. Deste modo, segundo Ortiz (1983, p. 10), “a escola aparece, assim, como uma das instituições constituidoras do ser social dos indivíduos e, enquanto tal, possibilita a manutenção e a reprodução da ordem social”.

Para tal empreendimento, aparece na perspectiva durkheiminiana o papel das gerações mais maduras sobre as novas gerações e como consequência o professor representando a sociedade, na determinação de valores e normas a serem internalizadas pelos educandos.

Este entendimento é reforçado por Roger Bastide na conferência inaugural dos cursos do Instituto de Educação de Florianópolis, em 1943, denominada “*Educação dos educadores*”. Enfatiza Bastide:

Sabeis outrossim pela sociologia que sois os representantes da sociedade, que vosso verdadeiro papel junto às gerações infantis é o de serdes os perpetuadores de uma cultura, pois que não há efetivamente hereditariedade social, no sentido biológico do termo, mas apenas a transmissão de geração a geração, de certos valores coletivos sem o que, a humanidade paralisaria (*Estudos Educacionais*, Ano III, n. 4, junho/1943).

As idéias veiculadas na revista *Estudos Educacionais*, como se vê, estavam embasadas na sociologia durkheiminiana da educação. A influência das contribuições da ciência social francesa, representada por Émile Durkheim no ambiente cultural do país foi ampliada pelas missões universitárias francesas no Brasil, principalmente a missão vinda

para São Paulo entre 1935 e 1939 para colaborar com a fundação da Universidade de São Paulo. Faziam parte do grupo etnólogo Claude Lévi-Strauss, o historiador Fernand Braudel, o geógrafo Pierre Menbeig, os sociólogos Paul-Arbousse Bastide e Roger Bastide (Carelli, 1993).

Para a sociologia, de maneira especial, a presença de Durkheim no Brasil é evidenciada pela publicação em 1935, da obra de Fernando de Azevedo “*Princípios de Sociologia*” substancialmente fundamentada nas contribuições da Escola Francesa e em particular, na de seu fundador.

A outra obra de Azevedo publicada em 1940 “*Sociologia Educacional*”, também desenvolve, segundo Antônio Cândido, as sugestões apontadas por Durkheim, “considerando a educação como um campo de investigação sociológica, armada de um sistema de conceitos, procurando definir o processo educacional no que tem de socialização, para em seguida estudá-lo em conexão com as instituições sociais, tanto genéricas como a família, o Estado, quando específicas, como a escola” (Cândido, p. 41).<sup>26</sup>

Para Dias (1990), a edição de “*Sociologia Educacional*” de Azevedo foi decisiva para o desenvolvimento dos estudos educacionais no Brasil e na América Latina e a vinculação desta obra com as concepções de Durkheim é expressada também por Roger Bastide em carta comentada no prefácio da Segunda edição do livro.

Há que considerar também que o próprio Durkheim já era editado no Brasil desde 1928. Seu livro “*Educação e Sociologia*” traduzido por Lourenço Filho teve uma tiragem de 55.500 exemplares entre os anos de 1928 e 1979 e foi desde então indicado por professores de sociologia educacional nos cursos normais e posteriormente nos cursos superiores de pedagogia. O livro “*Educação e Sociologia*” foi prefaciado por Paul Fauconnet (ex-assistente de Durkheim na Sorbone) que inclusive esteve no Brasil em 1926, proferindo palestra em São Paulo sob auspícios do Jornal O Estado de São Paulo.<sup>27</sup>

O sucesso da obra “*Educação e Sociologia*” no Brasil, deve-se, também, na opinião de Dias (1990, p. 41), “a forma clara de sua exposição, a correspondência entre o caráter conservador da obra e a mesma tendência existente na escola brasileira, bem como, ao fato

---

<sup>26</sup> Cândido, Antonio. Apud DIAS, Fernando Correa. Op. Cit. p. 42.

<sup>27</sup> A vinda de Fauconnet à São Paulo fez parte de uma iniciativa que intensificou as relações culturais fraco-brasileiras, quando em 1925, por iniciativa do Jornal O Estado de São Paulo se criou o Liceu Franco-brasileiro, considerado o embrião da Universidade de São Paulo. In: MASSI, Fernando. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. V.1. São Paulo : Vértice, 1989.

de que a racionalidade proposta do livro representa ‘um avanço no tocante ao caráter patrimonialista da sociedade – e, portanto, do sistema escola brasileiro’.

Este mesmo autor lembra que a permanência da indicação desta obra de Durkheim nos estudos de sociologia, deve-se também, a iniciativa de professores conscientes de que um clássico ( mesmo que se discorde dele) precisa ser levado em conta para que seja conhecido pelos alunos, até mesmo para que seja confrontado com idéias opostas ou mesmo mais atuais e mais adequadas para o entendimento dos conflitos educacionais atuais.

O ambiente intelectual vivenciado no Brasil dos anos 30 e 40, no que se refere ao prestígio intelectual e institucional da sociologia durkheiminiana se reflete em Santa Catarina nas abordagens utilizadas na sociologia educacional. Outro assunto discutido no Instituto de Educação que mostra sintonia desta instituição com as questões enfrentadas na consolidação das ciências sociais no Brasil naquele período é a preocupação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo de enfatizar a pesquisa na formação de sociólogos. Um resumo de aula do professor Henrique Stodiek, lente catedrático da cadeira de sociologia do Instituto de Educação é exemplo disto. Apresente a preocupação de mostrar as relações entre as teorias gerais na sociologia e as pesquisas sociais. Refere-se às aulas de Donald Pierson professadas na Escola Livre de Sociologia e Política, argumentando que “a sociologia está tomando um extraordinário desenvolvimento quanto às pesquisas e aos trabalhos de campo” ( *Estudos Educacionais*, ano III, n. 4).

Conclui sua aula enfatizando que “a pesquisa está sendo feita com eficiência e cada vez deve ser mais incrementada, sempre, porém, sob orientação de teorias que lhe mostram as questões por solucionar do mesmo modo que ela se refletirá nas teorias aperfeiçoando-as às novas descobertas”(ibidem).

A sintonia das idéias veiculadas no Instituto de Educação de Florianópolis com as idéias sobre educação e função dos professores veiculadas no Brasil naquele momento, mostra a proximidade desta instituição formadora de professores com as principais instituições de formação de professores do país. Este fato, é enfatizado por Azevedo em seu discurso como paraninfo da turma de normalistas do Instituto de 1941, indicando que o Instituto estava ao lado das “...mais importantes instituições destinadas no

país, à educação dos educadores. Tendo as suas raízes embebidas no solo da nação (...) respira este Instituto o ar vivo de seu tempo...”<sup>28</sup>

Portanto, as concepções difundidas sobre o papel atribuído ao professor, as idéias sobre a função da educação eram fundamentadas numa determinada abordagem sociológica (a durkheiminiana), que sendo referência na institucionalização da sociologia brasileira, estava presente em Santa Catarina no Instituto de Educação, modelo de formação docente para as demais escolas formadoras de professores de Santa Catarina.

Os artigos de vários autores presentes nas páginas da Revista *Estudos Educacionais* : alunos, professores, com destaque para os intelectuais de projeção nacional, evidenciaram a forte marca dos sociólogos e da sociologia na configuração das concepções sobre educação e sobre professores e seu papel na sociedade brasileira daquele período.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In MICELI, Sérgio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1989.
- AZEVEDO, Fernando de. *Entre as angústias do presente*. In: AZEVEDO, Fernando de . A educação e seus problemas. 4 ed. São Paulo : Melhoramentos, 1958.
- AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 9 ed. São Paulo : Melhoramentos, 1964.
- BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa periódica educacional no Brasil (1808-1944). In: CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.) *Educação em revista. A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo : Escrituras, 1997.
- BOPPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)*. Florianópolis : Lunardelli, 1989.
- CARELLI, Mário. *Culturas cruzadas : intercâmbios culturais entre a França e Brasil*. São Paulo : Papyrus, 1993.
- DIAS, Fernando Correia. *Durkheim e a sociologia da educação no Brasil*. In: Em aberto. Brasília: INEP, 1990.
- EVANGELISTA, Olinda. *A formação do professor em nível universitário*. O Instituto de

---

<sup>28</sup> AZEVEDO, Fernando de. Entre as angústias do Presente. Oração de paraninfo pronunciada no dia 4 de dezembro de 1941 na solenidade de encerramento dos cursos no Instituto de Educação de Florianópolis.

- Educação da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. PUC/SP. 1997.P.13.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In MICELI, Sérgio ( Org.) *História das Ciências no Brasil*. V.1 São Paulo : Vértice, 1989.
- MARTINS, Wilsom. *História da Inteligência Brasileira 1933-1960*. Vol. VII. São Paulo: Cultrix, 1979. P.154.
- MASSI, Fernando. *Franceses e norte-americanos nas ciências sociais*. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. V. 1, São Paulo : Vértice, 1989.
- MEKSENAS, Paulo. O ensino da sociologia na escola secundária. *Leituras & Imagens*. Florianópolis, UDESC / FAED, jun./ 1995.
- MICELI, Sérgio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo : Vértice, 1989.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no país (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro : Difel, 1979.
- MONARCHA, Carlos. *A invenção da cidade e da multidão*. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez , 1990.
- MONARCHA, Carlos ( ORG.) *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.
- MORAES, Maria Célia. *Educação e Política no Pensamento de Francisco Campos*. Tese de Doutorado, Puc/RJ. 1990.
- MOREIRA, João Roberto. *Teoria e prática da escola elementar*. Introdução aos estudos sociais do ensino primário. Rio de Janeiro : INEP, 1960.
- NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.) *Educação em Revista*. São Paulo ; Escrituras, 1997.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. Sociologia. São Paulo : Ática, 1983.
- PËCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. V. 16. São Paulo : Ática, 1983.
- PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasilianas” nas décadas de 30, 40 e 50. In MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: IDESP, 1989.